

HELEN PLUCKROSE E JAMES LINDSAY

TEORIAS
CINICAS
~~CRITICAS~~



COMO A ACADEMIA E O ATIVISMO TORNAM RAÇA,
GÊNERO E IDENTIDADE O CENTRO DE TUDO
- E POR QUE ISSO PREJUDICA TODOS



CONHEÇA OUTROS LIVROS DA SÉRIE:

POLÍTICA, IDEOLOGIA E CONSPIRAÇÕES

DESCULPE-ME, SOCIALISTA

MITOS E FALÁCIAS DA AMÉRICA LATINA

A LEI

MENOS ESTADO, MAIS LIBERDADE

OS ERROS FATAIS DO SOCIALISMO

DA LIBERDADE INDIVIDUAL E ECONÔMICA

OS FUNDAMENTOS DO CAPITALISMO:

O ESSENCIAL DE ADAM SMITH

LIBERDADE É PROSPERIDADE:

A FILOSOFIA DE AYN RAND

O RENASCIMENTO DO LIBERALISMO

GUERRA CULTURAL

HELEN PLUCKROSE
& JAMES LINDSAY

TEORIAS CÍNICAS

Como a academia e o ativismo tornam raça,
gênero e identidade o centro de tudo
– e por que isso prejudica todos

Tradução
CARLOS SZLAK



INTRODUÇÃO

Na Idade Moderna, e especialmente nos últimos dois séculos, desenvolveu-se na maioria dos países ocidentais um amplo consenso em favor da filosofia política conhecida como “liberalismo”. Entre os principais pressupostos do liberalismo incluem-se a democracia política, as limitações dos poderes do governo, o desenvolvimento dos direitos humanos universais, a igualdade jurídica para todos os cidadãos adultos, a liberdade de expressão, o respeito pelo valor da diversidade de pontos de vista e pelo debate honesto, o respeito pelas evidências e pela razão, a separação entre Estado e Igreja, e a liberdade religiosa. Esses valores liberais se desenvolveram como ideais e foram necessários séculos de luta contra a teocracia, a escravidão, o patriarcado, o colonialismo, o fascismo e muitas outras formas de discriminação para respeitá-los tanto quanto nós os respeitamos, ainda imperfeitamente, hoje em dia. Contudo, a luta pela justiça social sempre foi mais forte quando se lançou como defensora dos valores liberais de forma universal, insistindo que fossem aplicados a todos os indivíduos, e não apenas aos homens brancos ricos. Convém notar que a posição filosófica geral que chamamos de “liberalismo” é compatível com uma ampla gama de posições sobre questões políticas, econômicas e sociais, incluindo tanto as que os norte-americanos chamam de “liberais” (e os europeus chamam de “social-democratas”) quanto as formas moderadas do que as pessoas em todos os países chamam de “conservadoras”. Esse liberalismo filosófico se opõe aos movimentos autoritários de todos os tipos, sejam de esquerda ou de direita, seculares ou teocráticos. Portanto, o liberalismo é mais bem

pensado como um terreno comum compartilhado, que propicia um arcabouço para a resolução de conflitos, dentro do qual pessoas com uma variedade de pontos de vista sobre questões políticas, econômicas e sociais podem debater racionalmente as opções de políticas públicas.

No entanto, chegamos a um ponto da história em que o liberalismo e a modernidade no cerne da civilização ocidental estão em grande risco quanto às ideias que os sustentam. A natureza exata dessa ameaça é complicada, pois surge de pelo menos duas pressões enormes, uma revolucionária e a outra reacionária, que estão travando uma guerra entre si a respeito de para qual direção iliberal as nossas sociedades devem ser arrastadas. Os movimentos populistas de extrema direita que afirmam estar fazendo uma última e desesperada defesa do liberalismo e da democracia contra a crescente onda de progressismo e globalismo estão em ascensão ao redor do mundo. Esses movimentos vêm cada vez mais se voltando para a liderança de ditadores e homens fortes capazes de manter e preservar a soberania e os valores “ocidentais”. Enquanto isso, os cruzados sociais progressistas de extrema esquerda se apresentam como os únicos e justos defensores do progresso social e moral, sem o qual a democracia é sem sentido e vazia. Estes cruzados da extrema esquerda não só promovem a sua causa por meio de objetivos revolucionários que rejeitam abertamente o liberalismo, considerando-o como uma forma de opressão, mas também fazem isso mediante meios cada vez mais autoritários, procurando estabelecer uma ideologia fundamentalista completamente dogmática no tocante a como a sociedade deve ser ordenada. Cada lado nessa briga vê o outro como uma ameaça existencial, e assim cada um fomenta os maiores excessos do outro. Essa guerra cultural é tão intensa que chegou a definir a vida política – e crescentemente social – no início do século XXI.

Ainda que o problema à direita seja grave e mereça uma análise muito cuidadosa por si só, nós nos especializamos na natureza do problema à esquerda. Em parte, porque acreditamos que, embora os dois lados estejam levando um ao outro à loucura e à radicalização, o problema que vem da esquerda representa um afastamento do seu ponto histórico de razão e força, que é o liberalismo. Esse liberalismo é essencial para a manutenção das nossas democracias liberais e seculares. Como escrevemos anteriormente, o problema surge do seguinte fato:

A esquerda progressista se alinhou não com a modernidade, mas com o pós-modernismo, que rejeita a verdade objetiva, considerando-a uma fantasia sonhada por pensadores iluministas ingênuos e/ou arrogantemente fanáticos que subestimaram as consequências colaterais do progresso da modernidade.¹

Esse é o problema a cujo aprendizado nos dedicamos e que esperamos explicar neste livro: o problema do pós-modernismo, não apenas como emergiu inicialmente na década de 1960, mas também como evoluiu ao longo do último meio século. Dependendo do ponto de vista, o pós-modernismo se tornou ou deu origem a uma das ideologias menos tolerantes e mais autoritárias com que o mundo tem tido que lidar desde o declínio generalizado do comunismo e os colapsos da supremacia branca e do colonialismo. O pós-modernismo se desenvolveu em cantos relativamente obscuros do mundo acadêmico como uma reação intelectual e cultural a todas essas mudanças, e desde a década de 1960 espalhou-se para outras partes do meio acadêmico, no ativismo, por todas as burocracias e no cerne da educação primária, secundária e pós-secundária. A partir daí, o pós-modernismo começou a se infiltrar na sociedade mais ampla ao ponto em que ele e as reações adversas a ele, tanto razoáveis quanto reacionárias, passaram a dominar a nossa paisagem sociopolítica enquanto avançamos cada vez mais penosamente ao longo da terceira década do novo milênio.

Teoricamente, esse movimento busca e deriva o seu nome de um objetivo amplo denominado “justiça social”, que é um termo que remonta a quase duzentos anos. Sob diferentes pensadores em diferentes momentos, esse termo assumiu diversos significados, todos preocupados, de certa forma, em focalizar e refocalizar as desigualdades sociais, especialmente no que se refere a questões de classe, raça, gênero, sexo e sexualidade, sobretudo quando estas vão além do alcance da justiça legal. De forma memorável, o filósofo progressista liberal John Rawls expôs diversas teorias filosóficas dedicadas às condições sob as quais uma sociedade socialmente justa poderia ser organizada. Assim, ele estabeleceu um experimento de pensamento universalista em que uma sociedade socialmente justa seria aquela em que um indivíduo, dada a opção, ficaria igualmente feliz por nascer em qualquer

meio social ou grupo identitário.² Outra abordagem, explicitamente antiliberal e antiuniversal, para se alcançar a justiça social também tem sido empregada, particularmente desde meados do século XX, e está enraizada na *teoria crítica*. Uma teoria crítica se preocupa principalmente em revelar vieses ocultos e suposições insuficientemente examinadas, em geral apontando para o que foi denominado “problemático”, que são as maneiras pelas quais a sociedade e os sistemas pelos quais ela opera estão dando errado.

Em certo sentido, o pós-modernismo foi um desdobramento dessa abordagem crítica que seguiu o seu próprio caminho Teórico por um tempo, e depois foi retomada por ativistas críticos pela justiça social durante as décadas de 1980 e 1990 (que, aliás, muito raramente se referem a John Rawls sobre o tópico). O movimento que assume esse encargo refere-se presunçosamente à sua ideologia simplesmente como “Justiça Social”, como se ela sozinha buscasse uma sociedade mais justa e o resto de nós estivesse defendendo algo completamente diferente. Assim, o movimento se tornou conhecido como “Movimento pela Justiça Social”, e os seus críticos *on-line* costumam se referir a ele, para abreviar, como “SocJus” [de Social Justice] ou, cada vez mais, como “*wokeism*” [despertarismo, conscientização da injustiça], devido à sua crença de que só o movimento “despertou” a natureza da injustiça social. A Justiça Social, como nome próprio com J maiúsculo e S maiúsculo, refere-se a uma interpretação doutrinária muito específica do significado de “justiça social” e dos meios de alcançá-la, ao mesmo tempo que prescreve uma ortodoxia estrita e identificável em torno desse termo. Embora relutantes em conceder o objetivo liberal essencial de justiça social a esse movimento ideológico iliberal, esse é o nome pelo qual ele é conhecido, e assim, por uma questão de clareza, iremos nos referir a ele como “Justiça Social” com letras maiúsculas ao longo deste livro. A “justiça social” em letras minúsculas será reservada para descrever os significados mais amplos e genéricos do termo. Queremos deixar claros os nossos próprios engajamentos sociais e políticos: nós nos posicionamos contra a Justiça Social com letras maiúsculas porque geralmente somos a favor da justiça social com letras minúsculas.

Está ficando cada vez mais difícil não perceber a influência do Movimento pela Justiça Social na sociedade, sobretudo sob a forma da “política identitária” ou do “politicamente correto”. Quase todos os dias aparece uma

história sobre alguém que foi demitido, “cancelado” ou submetido à humilhação pública nas redes sociais, muitas vezes por ter dito ou feito algo interpretado como sexista, racista ou homofóbico. Às vezes, as acusações são justificadas, e podemos nos confortar por um fanático – que vemos como completamente diferente de nós – estar recebendo a censura que “merece” pelas suas visões abomináveis. No entanto, com crescente frequência, as acusações são interpretativas demais, e os argumentos, tortuosos. Às vezes, parece que qualquer pessoa bem-intencionada, mesmo aquela que valoriza a liberdade e igualdade universais, pode inadvertidamente dizer algo que não satisfaz os novos códigos de fala, com consequências devastadoras para a sua carreira e reputação. Isso é desconcertante e contraintuitivo para uma cultura acostumada a colocar a dignidade humana em primeiro lugar e, assim, valorizar as interpretações e a tolerância benevolentes de um vasto leque de pontos de vista. Na melhor das hipóteses, isso tem um efeito arrepicante sobre a cultura da liberdade de expressão, que tem servido bem às democracias liberais por mais de dois séculos, como boa autocensura para evitar que as pessoas digam coisas “erradas”. Na pior das hipóteses, é uma forma mal-intencionada de *bullying* e – quando institucionalizada – uma espécie de autoritarismo no nosso meio.

Isso merece uma explicação. De fato, *é preciso* uma, porque essas mudanças, que estão acontecendo com rapidez surpreendente, são difíceis demais de entender. Tal ocorre porque elas se originam de uma visão de mundo muito peculiar – uma que, de certa forma, até possui a própria linguagem. No mundo de língua inglesa, os ativistas que adotaram essa visão falam inglês, mas utilizam as palavras de uso corrente de maneira diferente do resto de nós. Quando falam de “racismo”, por exemplo, eles não se referem ao preconceito com base na raça, mas sim, como o definem, a um sistema racializado* que permeia todas as interações na sociedade, ainda que amplamente invisível, exceto para aqueles que o experimentam ou para quem foi treinado nos métodos “críticos” adequados que o treinam para percebê-lo. (Essas são as pessoas às vezes chamadas de “*woke*”; ou seja, despertas para isso.) Inevitavelmente, esse uso muito técnico e preciso da

* Em sociologia, racialização ou etnização é o processo de atribuir identidades raciais ou étnicas a um relacionamento, prática social ou grupo que não se identificou como tal.

palavra confunde as pessoas, e, na sua confusão, elas podem concordar com coisas das quais discordariam se tivessem um sistema de referência comum para ajudá-las a entender o que a palavra realmente significa.

Esses ativistas acadêmicos não só falam uma linguagem especializada – embora utilizando palavras de uso corrente que as pessoas acham, incorretamente, que entendem – como também representam uma *cultura* totalmente diferente, incorporada na nossa. Os ativistas que adotaram essa visão podem estar fisicamente próximos, mas intelectualmente estão a um mundo de distância, o que torna difícil a compreensão deles e a comunicação com eles. Esses ativistas são obcecados por poder, linguagem, conhecimento e pelas relações entre eles. Interpretam o mundo através de uma lente que detecta a dinâmica de poder em cada interação, elocução e artefato cultural, mesmo quando não são óbvios *ou reais*. É uma visão de mundo que centraliza ressentimentos sociais e culturais e visa converter tudo em uma luta política de soma zero, girando em torno de marcadores de identidade como raça, sexo, gênero, sexualidade e muitos outros. Para um observador externo, essa cultura parece ter se originado em outro planeta, cujos habitantes não têm conhecimento de espécies que se reproduzem sexualmente e que interpretam todas as nossas interações sociológicas humanas da maneira mais cínica possível. Mas, na verdade, essas atitudes absurdas são completamente humanas. Elas dão testemunho da nossa capacidade repetidamente demonstrada de adotar visões de mundo espirituais complexas, que vão do animismo tribal ao espiritualismo hippie e às religiões globais sofisticadas, cada uma das quais com a própria estrutura interpretativa através da qual vê o mundo inteiro. Esta é apenas uma peculiar visão de poder e sua capacidade de criar desigualdade e opressão.

Interagir com os defensores dessa visão requer o aprendizado não apenas da sua linguagem – o que por si só é bastante desafiador – como também dos seus costumes e até da sua mitologia referente a problemas “sistêmicos” e “estruturais” inerentes à nossa sociedade, aos nossos sistemas e instituições. Como viajantes experientes sabem, a comunicação em uma cultura completamente diferente envolve mais do que o aprendizado da língua. Também é necessário o aprendizado das expressões idiomáticas, das implicações, das referências culturais e das normas de comportamento, que definem como se comunicar adequadamente. É comum precisarmos de alguém

que não seja apenas um tradutor, mas também um *intérprete* no sentido mais amplo, alguém conhecedor de ambas as práticas, para nos comunicarmos de forma eficaz. Isso é o que nos propomos oferecer neste livro: um guia para a linguagem e os costumes que são amplamente promovidos no presente sob a sonora e simpática alcunha de “Justiça Social”. Somos fluentes na linguagem e na cultura do estudo acadêmico e do ativismo referentes à Justiça Social, e planejamos orientar os nossos leitores por este mundo estranho, mapeando a evolução dessas ideias desde as suas origens há cinquenta anos até os dias de hoje.

Começamos no final da década de 1960, quando o grupo de conceitos Teóricos agrupados em torno da natureza do conhecimento, poder e linguagem que veio a ser conhecido como *pós-modernismo* emergiu ao mesmo tempo de dentro de diversas disciplinas de ciências humanas. No seu cerne, o pós-modernismo rejeitou o que se denomina *metanarrativas*, ou seja, explicações amplas e coesas do mundo e da sociedade. Rejeitou o cristianismo e o marxismo. Também rejeitou a ciência, a razão e os pilares da democracia ocidental pós-Iluminismo. As ideias pós-modernas moldaram o que desde então tem sido chamado principalmente de *Teoria* – a entidade que é, em certo sentido, a protagonista deste livro. Na nossa opinião, é fundamental compreender o desenvolvimento da Teoria desde a década de 1960 até os dias de hoje se quisermos confrontar e corrigir as rápidas mudanças que temos experimentado na sociedade desde os seus primórdios e, principalmente, desde 2010. Notemos que, ao longo deste livro, a palavra *Teoria* (e palavras relacionadas, como Teórico e Teorético) com T maiúsculo vai se referir à abordagem da filosofia social que se origina do pós-modernismo.

Este livro explica como a Teoria se tornou a força motora da guerra cultural do final da década de 2010 – e propõe uma forma filosoficamente *liberal* para contestar as suas manifestações no estudo acadêmico, no ativismo e na vida cotidiana. O livro traça o desenvolvimento dos ramos em evolução da Teoria pós-moderna cínica nos últimos cinquenta anos e mostra como ela influenciou a sociedade atual de maneiras reconhecíveis pelo leitor. No Capítulo 1, iremos guiá-lo pelas ideias principais dos pós-modernos originais das décadas de 1960 e 1970, e descrever os dois princípios e os quatro temas que permaneceram centrais para toda a Teoria que se seguiu. O Capítulo 2 explicará como essas ideias mudaram, se consolidaram e se

tornaram politicamente acionáveis em um conjunto de novas Teorias que surgiram no final da década de 1980 e na década de 1990. Vamos nos referir a isso como *pós-modernismo aplicado*. Os Capítulos 3 a 6 se aprofundarão em cada um dos itens a seguir com mais detalhes: Teoria pós-colonial, Teoria *queer*, Teoria crítica da raça e feminismo interseccional. O Capítulo 7 analisará os recém-chegados à cena: estudos sobre deficiência e estudos sobre o corpo gordo, que se baseiam em todas essas Teorias.

No Capítulo 8, investigaremos a segunda evolução dessas ideias pós-modernas, começando por volta de 2010, que reivindicavam a verdade absoluta dos princípios e temas pós-modernos. Chamamos essa abordagem de *pós-modernismo reificado*, pois considera que as suposições do pós-modernismo são verdades reais e objetivas – A Verdade Segundo a Justiça Social. Essa mudança ocorreu quando os acadêmicos e os ativistas uniram as Teorias e os Estudos existentes em uma metodologia simples e dogmática, mais conhecida simplesmente como “estudo acadêmico sobre Justiça Social”.

Este livro tem por objetivo contar a história de como o pós-modernismo aplicou as suas Teorias cínicas para desconstruir o que poderíamos concordar em chamar de “as velhas religiões” do pensamento humano – que incluem crenças religiosas convencionais como o cristianismo e ideologias seculares como o marxismo, assim como sistemas coesos modernos como a ciência, o liberalismo filosófico e o “progresso” – e substituí-las por uma nova religião própria, denominada “Justiça Social”. Este livro é uma história sobre como a desesperança encontrou uma nova confiança, que então se tornou um tipo de convicção firme associada à adesão religiosa. A fé que emergiu é completamente pós-moderna, o que significa que, em vez de interpretar o mundo em termos de forças espirituais sutis como pecado e magia, concentra-se em forças materiais sutis, como a intolerância sistêmica, e em sistemas de poder e privilégio difusos, mas onipresentes.

Embora essa convicção recém-adquirida tenha causado problemas significativos, também é útil que a Teoria tenha se tornado cada vez mais confiante e clara sobre as suas crenças e os seus objetivos. Torna mais fácil para os liberais – de esquerda, direita ou centro político – chegar a essas ideias e contestá-las. Por outro lado, esse desenvolvimento é alarmante, pois tornou a Teoria muito mais fácil de ser compreendida e posta em prática

por adeptos que desejam remodelar a sociedade. Podemos ver o seu impacto no mundo nos seus ataques à ciência e à razão. Também é evidente nas suas asserções que a sociedade é dividida de forma simplista em identidades dominantes e marginalizadas, e sustentada por sistemas invisíveis de supremacia branca, patriarcado, heteronormatividade, cisnormatividade*, capacitismo e gordofobia. Nós nos deparamos com o desmantelamento contínuo de categorias como conhecimento e crença, razão e emoção, e homens e mulheres, e com pressões crescentes para censurar a nossa linguagem em conformidade com A Verdade Segundo a Justiça Social. Vemos o relativismo radical tanto sob a forma de padrões duplos – como, por exemplo, asserções de que apenas os homens podem ser sexistas ou apenas os brancos podem ser racistas – quanto na rejeição indiscriminada de princípios consistentes de não discriminação. Diante disso, torna-se cada vez mais difícil e até perigoso sustentar que as pessoas devem ser tratadas como indivíduos ou preconizar o reconhecimento da nossa humanidade compartilhada diante de políticas identitárias desagregadoras e coercitivas.

Embora muitos de nós agora reconheçam esses problemas e sintam intuitivamente que essas ideias são irracionais e iliberais, pode ser difícil articular respostas a elas, já que objeções ao irracionalismo e ao iliberalismo costumam ser incompreendidas ou deturpadas, sendo consideradas como oposição à justiça social genuína – uma filosofia legítima que defende uma sociedade mais justa. Isso dissuade muitas pessoas bem-intencionadas de sequer tentar. Além do perigo de ser rotulado de inimigo da justiça social resultante da crítica aos métodos do Movimento pela Justiça Social, há dois outros obstáculos para enfrentá-lo de forma eficaz. Primeiro, os valores subjacentes da Justiça Social são tão contraintuitivos que são difíceis de entender. Segundo, poucos de nós já tiveram que defender a ética, a razão e a evidência universalmente liberal contra aqueles que alegam defender a justiça social. Até muito recentemente, elas foram entendidas como o melhor caminho de trabalhar *pela* justiça social. Assim, uma vez que tenhamos terminado de tornar compreensíveis os princípios subjacentes da Teoria da Justiça Social, passamos a discutir como reconhecê-los e contestá-los. No

* Cisgênero é o indivíduo que se identifica com o sexo biológico. Assim, cisnormatividade é o sistema que coloca os cisgêneros em posição privilegiada e faz deles a norma social.

Capítulo 9, analisaremos as maneiras pelas quais essas ideias escaparam dos limites do mundo acadêmico e estão impactando o mundo real. Finalmente, no Capítulo 10, argumentaremos que devemos contestar essas ideias por meio de um compromisso coletivo claramente articulado com os princípios universalmente liberais e o estudo acadêmico rigoroso e baseado em evidências que definem a modernidade. Com alguma sorte, os últimos dois capítulos mostrarão como podemos escrever o último capítulo da história da Teoria: o seu final esperançosamente silencioso e inglório.

Portanto, este livro foi escrito para o leigo que não tem conhecimentos desse tipo de estudo acadêmico, mas percebe a sua influência na sociedade e quer entender como funciona. É para o liberal para quem uma sociedade justa é muito importante, mas que não consegue deixar de notar que o movimento pela Justiça Social não parece facilitar isso, e quer ser capaz de dar uma resposta liberal a ele com consistência e integridade. Este livro foi escrito para qualquer pessoa de qualquer parte do espectro político que acredita no mercado de ideias como uma maneira de examinar e desafiar reflexões e promover a sociedade, e quer ser capaz de dialogar com os conceitos da Justiça Social como realmente são.

Este não é um livro que procura solapar o feminismo liberal, o ativismo contra o racismo ou as campanhas pela igualdade LGBT. Ao contrário, este livro nasce do nosso compromisso com a igualdade de gênero, raça e LGBT e com a nossa preocupação de que a validade e a importância disso estejam sendo hoje minadas de forma preocupante pelas abordagens da Justiça Social. Este livro tampouco atacará o mundo acadêmico ou a universidade em geral. Muito pelo contrário, buscamos defender o estudo acadêmico rigoroso e baseado em evidências e a função essencial da universidade como centro de produção de conhecimento contra as correntes antiempíricas, antirracionalistas e iliberais da esquerda, que ameaçam dar poder às correntes anti-intelectuais, anti-igualdade e iliberais da direita.

Então, em última análise, este livro procura apresentar uma crítica filosoficamente liberal do estudo acadêmico e do ativismo referentes à Justiça Social, sustentando que esse academicismo-ativismo não promove os objetivos da justiça social e igualdade. Há alguns acadêmicos nas áreas que criticamos que escarnecerão disso e insistirão que somos realmente reacionários de direita que se opõem aos estudos da injustiça social experimentada pelas

pessoas marginalizadas. Essa visão das nossas motivações não sobreviverá a uma leitura honesta do nosso livro. Outros acadêmicos dessas áreas aceitarão a nossa postura liberal, empírica e racional sobre as questões, mas a rejeitarão, considerando-a uma ilusão modernista que põe no centro a construção de conhecimento branca, masculina, ocidental e heterossexual, e mantém um *status quo* injusto com tentativas inadequadas de melhorar a sociedade gradualmente. “As ferramentas do mestre nunca desmantelarão a casa do mestre”,³ eles nos dirão. Para eles, admitiremos que estamos muito menos interessados em desmantelar as sociedades liberais e os conceitos empíricos e racionais do conhecimento e muito mais interessados em levar adiante os avanços notáveis em favor da justiça social que eles trouxeram. A casa do mestre é boa, e o problema tem sido o acesso limitado a ela. O liberalismo aumenta o acesso a uma estrutura sólida, que pode abrigar e capacitar todos. O acesso igual aos escombros não é um objetivo digno. Então, haverá alguns acadêmicos nessas áreas que acreditarão que as nossas críticas aos estudos sobre Justiça Social têm alguns méritos e dialogarão conosco de boa-fé a respeito delas. Esses são os intercâmbios que aguardamos ansiosamente e que podem nos recolocar no caminho de ter conversas produtivas e ideologicamente diversas sobre justiça social.

**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS**

www.faroeditorial.com.br



CAMPANHA



Há um grande número de portadores do vírus HIV e de hepatite que não se trata. Gratuito e sigiloso, fazer o teste de HIV e hepatite é mais rápido do que ler um livro.

Faça o teste. Não fique na dúvida!



ESTA OBRA FOI IMPRESSA
EM JUNHO DE 2021